

MR13: Avaliação da implementação e resultados das políticas de inclusão racial nas Universidades Federais do Sul do Brasil

Coordenação: Marcos Silva da Silveira (UFPR)

Debatedor/a: Maria Nilza da Silva (UEL)

Participantes: Denise Jardim (UFRGS), Judit Gomes (UFPR), Alexandra Alencar (UFSC)

Resumo:

O cenário político tem posto em evidência a avaliação dos resultados das políticas de inclusão discutindo sua validade e potencialidades. É oportuno pensar numa mesa onde estas políticas passem por uma avaliação acadêmica, praticamente 20 anos depois do início das discussões que levaram à sua implantação. Como foram promovidas e acompanhadas por antropólogas e antropólogos, entre outros cientistas sociais e educadores, é possível construir um olhar antropológico sobre os resultados das mesmas, que contribua para o debate atual em torno da sua continuidade e dificuldades, tanto quanto sobre outras políticas inclusivas, como as cotas para negros no serviço público. A região sul do Brasil é conhecida por ser a única região de expressiva maioria branca do País, com um quadro étnico racial sui generis. Sendo assim, questões que as políticas de inclusão racial procuraram equacionar, como o racismo estrutural, a lógica da branquitude normativa, o acesso ao mercado de trabalho formal, a ascensão social, a formação de quadros, devem ter, à princípio, características distintivas, quando vistas a partir das principais Universidades da Região. A esta mesa foram convidadas pesquisadoras com muita experiência prática nos desafios que a execução dessas políticas tem enfrentado, em cada uma das suas Universidades. A ideia é ouvi-las em conjunto para que seja possível formar uma visão regional dos resultados obtidos, e apontar para questões mais abrangentes e de relevância nacional.

Entre jogos de cena e pulsões de justiça: um olhar antropológico sobre as comissões de heteroidentificação na UFRGS.

Autoria: Denise Jardim

Este trabalho versa sobre as práticas jurídico-administrativas e a implementação de ações afirmativas na graduação da UFRGS longo de 15 anos. Focalizo a introdução de novas tecnologias e rotinas na instituição de ensino superior visando a implementação de reserva de vagas. O trabalho pretende refletir sobre o que aprendemos e como lidamos, como antropólogos e antropólogas, quando estamos imersos na implementação das cotas e na reformulação de práticas institucionais rotinizadas. Destaco alguns exemplos que permitem examinar jogos de cena e pulsões por justiça que impulsionaram novas rotinas administrativas. O objetivo é problematizar os discursos genéricos sobre procedimentos e os modos de implementação das comissões de verificação para o ingresso na modalidade de autodeclarados negros e negras na UFRGS. Com base na experiência direta na coordenação e elaboração de equipes para capacitação e trabalho de comissões de ingresso, apresento os dilemas administrativos e jurídicos que não são imediatamente visíveis, próprios do campo administrativo e institucional, em contraste com temas que ganham repercussão política e tendem a dominar o debate público.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

